

# Comissão busca anteprojeto sobre região metropolitana

O anteprojeto de lei propondo a institucionalização da Região Metropolitana de Vitória deve ter um conteúdo mais genérico ou detalhado? A primeira reunião ontem da comissão formada por técnicos do Planejamento e das procuradorias jurídicas dos cinco municípios da Grande Vitória e do Governo do Estado mostrou que a maioria dos 14 integrantes do encontro é favorável a um texto enxuto, livre de polêmicas e "penduricalhos" jurídicos. Apesar disso, nada ficou decidido sobre a questão.

Amanhã, às 10 horas, os cinco procuradores das prefeituras da Grande Vitória e um advogado do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) reúnem-se, em separado, na sede do IJSN, para redigir uma proposta de texto da lei. O conteúdo desse esboço será avaliado pelos demais membros do grupo de trabalho, num novo encontro marcado para a próxima sexta-feira, dia 18, às 15 horas, na sede da Companhia de Desenvolvimento de Vitória (CDV). Os cinco prefeitos e o governador do Estado, Albuíno Azeredo, somente receberão a minuta do anteprojeto de lei na reunião do dia 23, às 9 horas, na sede da Prefeitura de Cariacica.

Basicamente, três aspectos foram abordados na reunião de ontem sobre o modelo de gestão da Região Metropolitana de Vitória: a necessidade de não se criar um novo órgão com este fim, para não gerar gastos nem burocracia; a garantia de participação da sociedade civil e a criação de um fundo de compensação financeira. O mais polêmico deles foi a questão do fundo.

A maioria dos integrantes do encontro ontem concordou com a proposta dos coordenadores do grupo de trabalho, Arthur Carlos Gerhardt Santos e Luiz Paulo Vellozo Lucas, de nada detalhar sobre a criação de fundos no anteprojeto de lei complementar a ser encaminhado posteriormente à Assembléia Legislativa.

Para Luiz Paulo, a definição quanto aos recursos deve se dar em cima de planos de trabalho concretos, tendo seus custos já calculados previamente, para, numa etapa posterior, o rateio das despesas entre Estados e

municípios ser avaliado pelas câmaras municipais e Assembléia Legislativa, dentro dos orçamentos dos poderes públicos.

Aliás, Irene Léia, representante de Vila Velha, durante o encontro, baseada na Constituição estadual, foi a única a abordar a questão relativa à criação de um fundo de compensação financeira, tendo em vista a virtual atuação dos municípios diante de problemas comuns, porém com arrecadação de tributos diferenciada.

O secretário de Planejamento de Viana, Solimar Martinelli, também chegou a alertar que o não-detalhamento do anteprojeto de lei poderia dificultar a aprovação da matéria na Assembléia Legislativa, alegando a preocupação dos deputados estaduais do interior sobre a participação financeira do Estado nos projetos metropolitanos.

Irene Léia também sugeriu que cada um dos municípios da Grande Vitória convocasse os movimentos populares antes do anteprojeto ficar pronto, tendo em vista a mobilização desse segmento em anos anteriores, acerca do tema. Ao final, ficou acertado que caberá aos prefeitos e ao governador decidirem como vai se dar esta participação e que antes do anteprojeto ir para a Assembléia as entidades organizadas serão consultadas.

A secretária do Planejamento de Vila Velha ainda propôs a criação de uma secretaria executiva, ligada ao colegiado a ser composto pelos prefeitos e o governador. "Estou pensando uma região metropolitana funcionando", observou. Ficou acertado que o ocupante desta função será substituído no esquema de rodízio.

Irene Léia e a procuradora-geral de Vila Velha, Beatrice Aguiar, saíram preocupadas da reunião de ontem: "A região metropolitana corre o risco de ser institucionalizada para não funcionar, se o projeto ficar muito solto e abstrato", disseram elas. O procurador-geral da Prefeitura da Capital, José de Arimatéia, não concorda com as assessoras do prefeito Vasco Alves, alegando que o funcionamento da região está ligado à determinação política dos dirigentes públicos de fazê-la funcionar na prática.